



Fundado em 1875
Julio de Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

A estratégia da capoeira

O eleitorado terá de esperar o curso da sucessão para saber em qual Lula acreditar: naquele que previu que a oposição, por falta de programa, dará “chutes do peito para cima” e receberá o troco literalmente à altura, ou naquele que, um dia depois, fez chegar ao PSDB a promessa de fazer tudo para manter a campanha em nível compatível com o dos prováveis candidatos à sua cadeira. Afinal, como teria dito ao governador mineiro e ex-presidênciaável Aécio Neves, “seja com Dilma, seja com Serra, o País estará bem”. O problema é que, a julgar pelo retrospecto, parece haver mais coerência e autenticidade na ameaça do que no recuo e na exibição de *fair play*. Lula pode ter dado o dito pelo não dito ao se dar conta de que tinha se excedido, deixando à mostra prematuramente a arma da intimidação que não hesitará em sacar, conforme as circunstâncias, na busca da vitória a qualquer custo.

Mais uma vez ele terá se deixado levar pelo som da própria voz ao avisar que este ano o Lulinha paz e amor de 2006 será substituído por um Lula que nunca antes se apresentou

aos brasileiros – o Lula capoeirista. Mas ele não tirou isso do nada. A intenção é tão real como a sua verborragia. E, se de algo fez praça de se arrepender, foi desta, não daquela. A ocasião, por sinal, ajuda a entender a falação. No seu primeiro mal disfarçado comício da temporada, na quarta-feira, a pretexto da liberação de R\$ 3 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida, destinados a municípios com menos de 50 mil habitantes, ele reuniu em torno da ministra Dilma Rousseff cerca de mil prefeitos, nove governadores, ministros e parlamentares. Com o costumeiro despudor em criar parlanches com os recursos de poder da sua condição de chefe de governo, tornou a trazer a eleição para dentro da administração.

No ano passado, em outro evento caça-votos, a “vistoria” às obras de transposição das águas do São Francisco, Lula definiu a disputa pelo Planalto como um confronto entre “nós e eles, pão-pão, queijo-queijo” – senha para a companheirada preparar um pogrom político contra a oposição, a ser desqualificada como inimiga do povo no bojo de uma com-

paração caricatural entre o seu governo e o do antecessor Fernando Henrique. Desta vez, foi além. Recorrendo a um truque que remete à fábula do lobo e do cordeiro – o de atribuir a alguém uma conduta hostil que justifique o revide planejado de antemão –, Lula se fez de inocente: “Como meus adversários são mais letrados do que eu, esperava um discurso de alto nível, programático. Mas como eles não têm programa, vão dar chutes do peito para cima.” Para arrematar: “O que eles não sabem é que eu sou capoeirista e, portanto, estou muito preparado para a coisa chegar no meu peito.”

Em suma, Lula anunciou que vai fazer o que diz que a oposição fará. A truculência anunciada tem lógica. Gira em torno da questão primeira da sucessão: a aptidão de Lula para eleger Dilma. Quanto mais incerta for a transposição da popularidade do presidente para a candidata de quem até bem pouco tempo expressiva maioria do eleitorado não tinha ouvido falar e cujos vínculos com Lula permanecem obscuros para tantos, mais necessário será radicalizar a disputa. De um lado,

Dilma será exibida como a grande responsável por tudo aquilo que o povo acha que Lula fez de bom, e a garantia viva de que mais do mesmo está por vir. De outro lado se apregoa-rá que a eleição do seu contendor representará um inaceitável retrocesso – “prova” disso, as baixarias que se atribuírem à oposição, como bem Lula antecipou e não deixará sem resposta.

O governo provavelmente dependeria menos da exacerbação do confronto caso Dilma tivesse uma fração que fosse do carisma de seu patrono e de sua formidável capacidade de comunicação com a massa. Ou seja, se demonstrasse ter voo eleitoral próprio para um desafio a essa altitude. Quando esses atributos existem de nascença, os marqueteiros podem ressaltá-los, orientando o candidato a empregá-los da forma mais conveniente conforme as circunstâncias. O Lulinha paz e amor foi isso. Mas está para nascer o marqueteiro capaz de infundir tais qualidades em um candidato que não apenas não as tem, como ainda delas guarda enorme distância, por temperamento, formação e trajetória. À falta disso, fica difícil imaginar por que Lula não apelará para a estratégia da capoeira.



O erro dos advogados públicos

Recorrendo a uma ação civil pública, instrumento que foi criado há mais de 25 anos para permitir a apuração de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente e a direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo acaba de pedir ao Poder Judiciário a suspensão imediata das remoções de famílias pela Prefeitura, das áreas alagadas há mais de um mês na zona leste da capital. Já foram derrubadas 111 casas em situação de risco. E, das 2.313 famílias cadastradas nas áreas de risco, 280 foram transferidas para unidades da CDHU e 680 estão recebendo auxílio-aluguel de R\$ 300 por mês.

A intenção da Defensoria Pública estadual, cuja principal atribuição é oferecer assistência jurídica gratuita à população de baixa renda, é que as propostas da Prefeitura de remoção das famílias das áreas alagadas, para a construção do Parque Linear da Várzea do Tietê, primeiro sejam discutidas em audiências públicas com os moradores afetados pelas enchentes. Os defensores públicos só aceitam as remoções feitas por questão de segurança. Além disso, eles também querem que a Justiça obrigue a Prefeitura e o Departamento de Águas e Energia Elétrica a realizar serviços de drenagem e de limpeza que garantam a saúde das famílias.

Os coordenadores do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública alegam que já haviam pedido essas providências aos dois órgãos no final de dezembro e

que as respostas recebidas teriam sido “vagas”. Segundo os defensores públicos, a Prefeitura estaria se valendo da situação de calamidade para estimular as famílias pobres dos bairros Jardim São Martinho, Vila Seabra e Jardim Romano a aceitarem a transferência às pressas, sem negociar. “Não discordamos da remoção, mas isso tem de ser feito com a participação da população”, disse o defensor público Carlos Henrique Loureiro.

Em resposta, o prefeito Gilberto Kassab afirmou que aceita realizar as audiências públicas reivindicadas pela Defen-

Não há sentido em impor ao Executivo coisas que ele não tem como fazer

soria Pública de São Paulo, mas lembrou que, por causa das fortes chuvas que vêm caindo na região, desde dezembro, a Prefeitura precisa agir com rapidez, para evitar que a população seja atingida por novos alagamentos. Por seu lado, os moradores desses bairros disseram que aceitarão as propostas de remoção da Prefeitura, desde que lhes sejam oferecidas novas moradias – prontas e em condições de serem habitadas.

Ao visitar os três bairros, acompanhado do secretário de Transportes, Alexandre Moraes, e de outras autoridades municipais, Kassab foi hostilizado em dois – o Jardim Martinho e a Vila Seabra – e bem recebido em um – o Jardim Romano. Na ocasião, o prefeito lembrou que ainda não foi noti-

ficado da abertura da ação civil pública proposta pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo e pediu cautela. Segundo ele, a Prefeitura não está em condições de atender imediatamente a todas as exigências das famílias atingidas pelos alagamentos, uma vez que as novas residências não podem ser construídas do dia para a noite.

Embora estejam cumprindo a atribuição que lhes foi conferida pela Constituição de 88, os defensores públicos paulistas estão cometendo os mesmos equívocos de alguns promotores e procuradores do Ministério Público (MP). Ou seja, estão exorbitando de suas prerrogativas funcionais ao pedir, nos tribunais, obras e providências administrativas que as autoridades municipais não têm a menor condição de fazer no curto prazo.

Os defensores públicos se esquecem de que há famílias em situação de risco por instabilidade do solo, nas áreas que se encontram alagadas há mais de um mês na zona leste. E, ao bater nas portas do Judiciário para fazer exigências irreais às autoridades municipais, estão tentando intervir em áreas que são de competência do Poder Executivo. Esse é o mesmo erro que há muito tempo vem sendo cometido por alguns promotores de Justiça, comprometendo a própria autoridade do MP: achar que, em nome do interesse público, eles podem, sem voto e sem mandato, comandar a máquina governamental.

Lula e as obras da Copa

Ao pedir que os órgãos incumbidos de fiscalizar e conceder licença ambiental para obras públicas ajam com menos rigor no exame dos projetos ligados à Copa do Mundo de 2014, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou o cuidado de ressaltar que “facilitar” a execução dessas obras não significa “ilegalidade”, mas “agilidade”. Trata-se, segundo ele, de dar-lhes “um tratamento totalmente especial”.

No entanto, como o governo Lula, desde seu início, vem dando “tratamento especial” ao principal órgão fiscalizador das obras públicas federais, o Tribunal de Contas da União (TCU), criticando duramente sua atuação, e às agências reguladoras encarregadas de assegurar o bom funcionamento de setores vitais da infraestrutura, asfixiando-as funcional e financeiramente, convém examinar com cuidado suas declarações.

“A Copa do Mundo tem data, junho de 2014”, argumentou Lula, na solenidade em que foi firmado o compromisso de responsabilidade da União, dos Estados e municípios envolvidos na organização do evento, e que reuniu governadores e prefeitos das cidades que sediarão os jogos. Por isso, segundo ele, as obras programadas para a realização do evento não podem sofrer atrasos provocados por fiscalização, questões ambientais não resolvidas, exigências formais do TCU, entre outros fatores que podem retardar ou paralisar a construção. Estendeu o raciocínio para as obras destinadas à Olimpíada de 2016, no

Rio de Janeiro.

Para evitar a paralisação das obras por problemas contratuais ou de pagamentos, Lula recomendou que se negocie, desde já, uma espécie de “ajuste de conduta” entre os órgãos executores e os órgãos fiscalizadores, “seja na questão ambiental, seja na Controladoria (Geral da União), seja no Tribunal de Contas, ou em qualquer outro órgão”.

A questão, porém, talvez seja bem mais simples. Para que as obras não sejam retardadas ou embargadas por irregularidades, bastará que seus projetos e seus contratos respeitem

O desejo de Lula é que não houvesse nenhum controle sobre o governo

as exigências da lei, o que nem sempre acontece com os contratos do governo federal.

O TCU suspendeu alguns contratos porque as licitações foram feitas, os contratos assinados e as obras iniciadas sem que houvesse um projeto executivo, lembrou o presidente do órgão, ministro Ubiratan Aguiar, há algum tempo, após participar de uma reunião de um grupo de trabalho convocado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para discutir medidas que reduzam os obstáculos impostos pelos órgãos fiscalizadores à execução das obras públicas.

Em alguns casos, reconheça-se, o atraso se deve à inexistência de prazo para o órgão de controle ou de licenciamento ambiental apresentar seu parecer, ou à possibilidade de recur-

so à Justiça, por qualquer pessoa, para embargar determinada obra pública.

Mas certamente não são questões técnicas ou formais que preocupam o presidente Lula e o levam a propor menos rigor na fiscalização. O que os sete anos de governo deixam claro é seu desprezo pelos mecanismos e instituições que impõem limites à sua ação. “Não é fácil governar com a poderosa máquina de fiscalização e a pequena máquina de execução”, disse em outubro, ao empossar o novo titular da Advocacia-Geral da União, Luiz Inácio Adams. Na ocasião, chegou a propor a “punição” dos que suspendem obras públicas sem “motivo justo”: “Quem dá a ordem para fazer está subordinado a todas as leis, mas quem dá a ordem para parar não fica sob nenhuma.”

Em outra oportunidade, atribuiu a lentidão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a principal peça de propaganda político-eleitoral de seu governo, não à notória incompetência gerencial de sua equipe, mas a decisões dos órgãos fiscalizadores.

Quanto às agências reguladoras, desde o início de seu primeiro mandato o presidente tenta desmoralizar suas funções e boicotar seu funcionamento, com o congelamento sistemático de até 75% dos recursos orçamentários. Quando não retardou a nomeação de diretores das agências, paralisando-as, barganhou as indicações como os partidos da base de sustentação do governo.

Não surpreende que tenha defendido um ação menos rigoroso desses órgãos que limitam seu modo de exercer o poder.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniaao/opi_forumleitores.0.htm

♦ ‘Sinais Particulares’

A Pietá contemporânea (15/1, A2) nos emociona mais que as fotos da tragédia haitiana. Que sirva de exemplo a todos os que reclamam do pouco que possuem, não enxergando no irmão desvalido, no u esfomeado, a própria imagem do Cristo mutilado. Só Ele nos resta para confortar por tamanha tristeza. Parabéns ao nosso **Estadão**.
ALOÍSIO ARRUDA DE LUCCA
aloisiodelucca@yahoo.com.br
Limeira

Tiraram o bode da sala

AbRANDANDO as referências diretas ou indiretas ao período militar, o governo parece ter tirado o bode da sala e agora, tudo bem. Parece que vai passar todo o resto da boiada. É hora de examinar

com lupa tudo o que o diabólico decreto sobre “direitos humanos” contém e terá de ser cumprido. A principiar por este mimo: “Art. 7.º – Fica revogado o Decreto n.º 4.229 de 13 de maio de 2002.” E o que é esse decreto? É o PNDH-2, assinado por Fernando Henrique Cardoso! Dele pincei o seguinte: “Garantir o acesso gratuito e universal ao registro civil de nascimento (...); apoiar campanhas de desarmamento e recolhimento de armas ilegais; ampliar programas de redução de violência nas escolas; criar a Ouvidoria da Polícia Federal; assegurar a todos os cidadãos o direito de informar e ser informado; garantir a liberdade de crença e culto a todos os cidadãos brasileiros; incrementar a qualidade de ensino (...).” Fica tudo revogado, agora é proteção a



Bem diz o ditado popular: escreveu, não leu... o pau comeu!”

Elias Mutchnik
eliasmur@uol.com.br
São Paulo

invasores, assegurar aos sindicatos e centrais sindicais poder sobre licenciamento ambiental, controlar a mídia, eliminar símbolos religiosos, mudar nomes de vias públicas (Avenida Getúlio Vargas, por exemplo). E por aí vai. É fundamental iniciar e manter a reação a esta insidiosa tentativa de impor ao Brasil um regime autoritário.
ALBERTO FUTURO
carlos_futuro@viscondeitaborai.com.br
São Paulo

● Brasileiros, preparem-se para uma ditadura implacável...
OSWALDO ABRÃO
oaj007@hotmail.com
São Paulo

Programa de governo

Perguntar não ofende: o Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado por Lula no final do ano, já seria o programa de governo da presidenciaável Dilma?
ANIBAL V. FILLIP
aniverofil@uol.com.br
Santos

Dúvidas

O sr. presidente da República diz ter assinado o decreto sobre Direitos Humanos (PNDH), de 92 páginas, sem ler. Minha pergunta:

se tivesse lido, teria assinado?

LUCCA BRASI
luccabrasi@uol.com.br
São Paulo

● Se Lula assinou sem ler o decreto do PNDH, como diz que não há controle algum sobre a mídia?
MARIA ANTONIETA VIDIGAL MILANESI
milanesiriopreto@yahoo.com.br
São José do Rio Preto

Direitos humanos?

Sr. Vannuchi, por acaso o brasileiro comum tem direito a qualquer coisa que não seja a obrigação de pagar impostos e taxas indecentes ao Estado e juros e tarifas escorchantes aos bancos?
FRANCISCO JOSÉ SIDOTI
fransidotiterra.com.br
São Paulo

Comissão da Verdade

Por falar em direitos humanos e Comissão da Verdade, que tal começar pela verdade sobre Celso Daniel e seus familiares? Como se vê, não é preciso voltar tão longe no tempo para fazer justiça.
LADISLAU CUNTERO
Porto Ferreira

Baile da Ilha Fiscal

A declaração do presidente Lula de que o decreto assinado não abalaria a República equivale ao dito pelo imperador dom Pedro II por ocasião do baile da Ilha Fiscal, quando, após levar um tombo, proclamou que o Império, no entanto, continuava firme...
CAIO LUCCHESI
cblucchesi@yahoo.com.br
São Paulo